

## APINAYÉ

### NOME

Apinayé ou Apinajé não é a autodenominação original do grupo - porém hoje é a forma com a qual se designam e são designados pelos demais grupos Timbira e por seus vizinhos regionais.

### POVO

Pertencentes ao grupo linguístico Jê, os Apinayé, são classificados como Timbira pela literatura antropológica. A nação Timbira é formada atualmente pelos grupos indígenas Krahô, Kricati, Pykopjê, Canela-Bascôcameira, Canela-Apanjêkra, Apinajé e Gavião-Paracatejê. Somam uma população de aproximadamente 5 mil índios, distribuídos por 20 aldeias. Seus territórios estão localizados numa região onde os conflitos pela posse da terra são violentos. Os Timbira ocupavam tradicionalmente uma grande extensão de terra situada nos cerrados do norte do Goiás e do sul Maranhão e que foram sendo gradativamente colonizados a partir do início do século passado por frentes de penetração agropastoris vindas do Piauí. Em função deste avanço, dos 18

grupos Timbira conhecidos no século XIX, restaram apenas os sete acima mencionados.

### LOCALIZAÇÃO

Os Apinayé nunca deixaram de habitar a região compreendida pela confluência dos rios Tocantins e Araguaia, conhecida hoje como "Bico do Papagaio". O limite meridional deste território era dado pelas bacias dos rios Mosquito (Tocantins) e São Bento (Araguaia).

A área indígena hoje reconhecida pelo estado brasileiro está localizada nos municípios de Tocantinópolis, Itaguatins e Araguatins no hoje estado do Tocantins. As rodovias transamazônica e TO 291 servem de limites da área que ainda é cortada por outra estrada estadual, a TO 126. Até o início deste século os três sub-grupos que compõem os Apinayé (Krijôbreiré, Rôrcôjoré e os Cocojora) ainda constituíam-se em unidades políticas autônomas, ocupando partes distintas de um território contínuo. A ocupação deste território pelos regionais, a depopulação e a orientação equivocada dos órgãos do governo (SPI e FUNAI) obrigaram que um destes sub-grupos (os Rôrcôjoré) abandonasse suas terras, procurando abrigo entre os Krijobreiré da aldeia São José. Deste modo, até a demarcação física da área Apinayé, estes índios estavam distribuídos em duas aldeias, São José e Mariazinha. Após a demarcação da área e seu desintrusamento parcial, se  
dx

várias facções até então acomodadas nas duas aldeias distribuíram-se pelo território, fundando novas aldeias e passando a ter um controle maior sobre a área.

### AS ALDEIAS ATUAIS

**SÃO JOSÉ:** Situada às margens do ribeirão homônimo e a 500 metros da Transamazônica. É a principal aldeia Apinayé - tanto em termos populacionais como politicamente. Está composta hoje por 22 grupos domésticos com uma população aproximada de 250 índios. Seu "capitão" é Camilo Apinayé e é a sede do P.I. São José.

**MARIAZINHA:** Localizada entre a GO 126 (que liga Itagatins a Tocantinópolis) e o rio Tocantins. É formada por 20 casas (ou grupos domésticos) que perfazem uma população de 120 índios, aproximadamente. É sede do P.I. Apinayé, e seu "capitão" é o índio José Ribeiro Apinayé da Terra da Doca.

**COCALINHO:** Localizada no extremo norte da A.I. apinayé, (entre os ribeirões São Bento e dos Caboclos) esta aldeia foi formada após a demarcação. É composta por 10 grupos domésticos (que saíram

da aldeia São José) e conta com uma população de 72 índios. Seu "capitão" é Domingos Apinayé e é sede do P.I. Cocalinho. A figura mais importante deste grupo é uma mulher Maria Barbosa.

**PATIZAL:** Localizada nas proximidades da cabeceira do Ribeirão Grande é formada por 10 casas com uma população de 76 índios. Cisão, em 1986, da aldeia São José, é liderada pelo ex-capitão do São José, Grossinho. É assistida pelo P.I. São José.

**BARREIRO:** Cisão, em 1988, da Mariazinha, está situada nas imediações do Ribeirão Botica. Compõe-se de 07 grupos domésticos liderados pelo índio Cristino Apinayé. Recebe assistência do P.I. Apinayé.

**PIACHINHO:** Também cisão, em 1988, da Mariazinha, é composta pelo grupo doméstico do ex-capitão Júlio e está localizada a alguns km daquela aldeia.

#### HISTÓRICO RECENTE

A partir dos primeiros anos do presente século, o território Apinayé começou a ser mais intensamente procurado

por levas de migrantes, principalmente maranhaenses, devido à atração representada pela coleta do babaçú.

No início deste século, os Apinayé estavam divididos em três subgrupos que ocupavam áreas bem definidas dentro do território tradicional:

- 1) Ao norte, o povo do Cocal, que dominava antigamente a região compreendida entre o Araguaia e os ribeirões São Bento e São Martinho;
- 2) A nordeste, na região compreendida entre o ribeirão Carreira de Pedra até o Ribeirão Grande (afluentes da margem esquerda do Tocantins), dominavam os Cãcõjöré (formam hoje a aldeia da Mariazinha) liderados desde os anos 20 pelo chefe Pemkõb (ou Pedro Corredor);
- 3) A sudoeste, entre o ribeirão Grande e o Curicaca, dominavam os chamados Krijõbrëiré, que no início do século eram chefiados por Wõ'y (Pedro Roxo). Este subgrupo compõe a atual aldeia de São José Lacerda. (1983: 15).

Na região do Cocal - chamada pelos Apinayé de "Cocalinho" - existiam, no início deste século, as aldeias de "São Paulo" (no Araguaia) e outra no São Martinho. A aldeia conhecida por São Vicente não mais existia, dando origem ao povoado que, mais tarde, receberia o nome de

Araguatins. A aldeia de São Paulo, segundo a memória dos velhos Apinayé, era grande - porém "ninguém dormia sossegado com medo de levar borduna dos Kaiapó": (velho Chiquinho, in Ladeira, 1983: 13). De fato, até o início deste século, os contatos deste grupo Apinayé com os Kaiapó era grande, "viviam entre os Apinayé do Cocal alguns kayapó da aldeia dos Arraias, a oeste de Conceição do Araguaia" (Nimuendajú, 1983, 10). No início dos anos 1920, abandonaram a beira do Araguaia e, juntando-se aos da aldeia do São Martinho, fundaram nova aldeia no ribeirão São Benedito. Esta aldeia permaneceu na região até 1943, quando a "febre" praticamente dizimou sua população e o "capitão" Pedro Laranja. O chefe dos Krijöbrêiré (São José), José Dias Mátyc, foi quem foi buscar o restante de seus sobreviventes, incorporando-os à sua aldeia (Ladeira, 1983: 13).

Os Cãcöjöré (o subgrupo da aldeia Mariazinha), segundo relatam, possuíam no início do século apenas uma grande aldeia, chamada "Bonita", que devido à briga entre dois irmãos se cindiu com um grupo indo para a região do ribeirão Pecobo (ao norte) e outro para as águas do ribeirão Botica (aldeia Gato Preto). A aldeia de Pecobo foi abandonada, com seu povo deslocando-se para águas do Ribeirão Grande, ao sul. Em 1928, Nimuendajú encontrou duas famílias deste subgrupo habitando às margens do ribeirão Mariazinha, antigo ponto de pesca dos Cãcöjöré. A aldeia do Gato Preto permaneceria na região de Botica até os anos 1950, quando é abandonada em favor de Mariazinha.

Os Krijobreiré, no início deste século, habitavam em uma só aldeia, de nome "Alegria", às margens do Ribeirão Piraí, e que era a mais próxima da povoação de Boa Vista (Tocantinópolis).

Na década de 20 deste século, com sua população bastante reduzida abandonaram a aldeia "Alegria" procurando a região dos ribeirões Bacaba e São José, afastando-se cada vez mais das margens do Tocantins e cedendo suas terras ao povoado. É a partir daquela mesma década também que sua história passa a se entrelaçar com a de Boa Vista (Tocantinópolis) (Matta, 1976:45).

Em 1936, um processo político desenvolvido em Boa Vista (Tocantinópolis) envolveria diretamente os Apinayé: a "revolução" do padre João Lima. A influência dos religiosos na vida política de Boa Vista vinha de longa data - desde a chegada do missionário Frei Francisco do Monte São Vito à nascente povoação (1840). Em 1890, com a subida de Floriano Peixoto ao poder da República, a igreja local passou a combater os "florianistas" da povoação - alegando ser Floriano positivista e contrário às leis divinas e queria substituir Nossa Senhora por uma tal Clotilde - francesa (francesa). A população de Boa Vista rebelou-se, ameaçando o poder constituído - então nas mãos do "florianista" Carlos Leitão - que solicita forças estaduais, para o restabelecimento da legalidade, dando início à "Guerra de Boa Vista" (Rodrigues, 1951: 118 apud FUNAI, 1976: 5). Com Prudente de Moraes na Presidência da República, os

revoltados ganham a anistia e o banimento de Carlos Leitão. A vitória da Igreja sobre o poder legal prepararia o caminho para ascensão do padre João Lima como chefe político incontestado em Boa Vista. Porém, em 1936, o padre é derrotado nas eleições municipais. Inconformado e denunciando fraude, João Lima retira-se para o sertão com duzentos homens, recebendo o apoio de alguns Apinayé. Poucos meses depois - e após vários entreveros armados - o padre toma a Prefeitura, expulsando o prefeito eleito e todos os servidores municipais. O "Estado Novo" getulista o reconheceu depois, legitimando sua "intervenção". Seria com o padre João Lima que os Apinayé realizariam o "contrato" sobre os limites entre suas terras e aqueles do município.

Por volta de 1944 o SPI instala na aldeia São José (ainda Bacaba) seu posto de assistência, auxiliando a recuperação demográfica do grupo, iniciada na década de 30. Apesar de não conseguir evitar novas invasões e nem buscar alternativas judiciais para a delimitação do território, o SPI institucionalizaria a prática do "arredamento" - com o intuito de demonstrar aos moradores que habitavam em terra alheia. No final dos anos 50 estes arredamentos deixariam de ser cobrados e muitos dos antigos posseiros acabaram por "vender" suas posses para setores da classe média de Tocantinópolis (comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, etc...) que procuraram "legitimar" suas "propriedades".

A construção da Belém-Brasília e, sobretudo, da Transamazônica, aceleraria este processo de invasão e confinamento dos Apinayé. A FUNAI pressionava os Apinayé a aceitarem, sem oposição, a construção da Transamazônica (que cortaria seu território, passando a menos de 1 km da "aldeia velha" de São José) procurando convencê-los de seus benefícios: o acesso mais fácil a Tocantinópolis e ponto de escoamento para seu artesanato. Construída a estrada, o que sobrou para os Apinayé de São José foi o incremento das invasões (com povoados se formando nos antigos canteiros de obras das construtoras). O que estava por trás das pressões da FUNAI em relação à Transamazônica era a pretensão de se fixar a estrada como limite da área indígena Apinayé, fazendo com que a aldeia São José perdesse parte vital de seu território e o povo do *local* abandonasse o pleito de terem seu território reconhecido.

#### O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

Os Apinayé tiveram seu território reconhecido pelo governo brasileiro em 1985, através do decreto nº 90960 de 14.02.85 da Presidência da República. A área reconhecida pelo decreto foi de 141.904 ha. Na época da demarcação, esta área estava ocupada por 641 famílias de não índios.

A luta dos Apinayé para a demarcação de suas terras teve início em 1926, quando o chefe de uma das aldeias Apinayé de

então, José Dias Mátyc se dirigiu ao Pará e depois a Goiás Velho e Rio de Janeiro para buscar junto aos governos dos estados e da República uma solução para o problema das invasões de suas terras. Apesar do extinto S.P.I. ter fundado um <sup>Posto</sup> entre os Apinayé no início da década de 1940 sob a justificativa "de um melhor controle dos invasores das terras dos Apinayé e dos conflitos entre índios e civilizados", as invasões não cessariam. Em 1953 o então encarregado do PI, Cícero Dantas, enviaria um telegrama aos seus superiores solicitando instruções de como agir face a "desconhecidos estarem invadindo aldeamento atirando de revólver". Cinco anos depois, o chefe de IR 8 (Goiás) encaminharia um ofício ao seu superior no Rio de Janeiro pedindo providências para "por/cobro a intervenção do Sr. Promotor Público da Comarca de Tocantinópolis no serviço do SPI, assumindo a defesa armada de particulares contra os índios" (Ladeira, 1984). A partir desse ano até 1975, são vários os ofícios dos agentes do SPI e da FUNAI narrando episódios de conflitos e pedindo a demarcação da área Apinayé. Do ponto de vista dos índios as invasões eram "ilegais" porque, ateados dos anos 1950, o chefe da aldeia Bacaba, Estevão (sucessor do José Dias Mátyc) havia formalizado um acordo com o padre João Lima (líder político e prefeito de Tocantinópolis) sobre as divisas entre as aldeias e as terras do município ("talvez um reconhecimento pela ajuda dos índios para que o padre tomasse - pelas armas - a prefeitura em 1936" - FUNAI, 76: 26). De tempos em

tempos os índios matavam algumas cabeças de gado -- de modo a mostrar seus direitos sobre as terras delimitadas pelo padre João, originando os conflitos e disputas com as autoridades de Tocantinópolis.

Em 1976 a FUNAI, através da portaria 013/1 designaria uma comissão -- composta pelo chefe do PI Apinayé, um antropólogo do DGFC e o delegado da 7 DR -- para delimitar a AI Apinayé. A comissão elaborou um relatório onde sugere três áreas diferentes: uma que, segundo seus autores, atenderia "às necessidades dos Apinayé"; uma segunda, intermediária e apontada como a "mais viável" e uma terceira que "atenderia os interesses da maioria dos proprietários e políticos de Tocantinópolis" (FUNAI, 1976; 27/31).

Em 1978, o então presidente da FUNAI, gal. Ismarth de Araújo, fez publicar o memorial descritivo delimitando a AI Apinayé em 85.500 ha, atendendo a 2ª sugestão ("a mais viável") da comissão de delimitação. Em 1979 a FUNAI inicia a demarcação dos 85.500 ha através da firma Paraty: quinze dias após o seu início, os Apinayé da aldeia de São José interromperam os trabalhos ao verificarem que 70% das terras que haviam sido atribuídas à comissão de delimitação ficariam de fora dos limites traçados. Neste mesmo ano, em junho, uma delegação da aldeia São José deslocou-se à Brasília para solicitar ao presidente do órgão tutor a alteração dos limites propostos pelo memorial de 1978. O assistente do DGPI que os recebeu apontava que "uma alteração nos limites"... vai aumentar ainda mais as reações dos

PROC. 202  
FLS. 724  
RUB. MR

'civilizados'; entretanto... os índios não aceitam as maiores pressões contra a FUNAI, qualquer que seja a decisão: manter os atuais limites ou alterá-los (idem, ibidem: 71).

Mas apesar das pressões dos políticos de Tocantinópolis - que passaram a enviar cartas a autoridades federais e deputados alertando-os para o que chamavam de "tentativa de impedir o progresso do município" e ameaçavam os índios de São José - em novembro de 1980 a presidência da FUNAI nomearia nova comissão (composta por uma antropóloga e um topógrafo) para "reestudo e definição dos limites da AI Apinayé" (portaria: 884/E de novembro de 1980). Em março de 1981 a antropóloga da comissão concluía seu relatório, levantando as seguintes questões: "há muitos invasores na área Apinayé e alguns contando com a demora na definição dos limites, tentam legalizar uma situação de fato, ou seja, que a FUNAI, ao ver que parte da área está sendo invadida, não consiga tomar outra atitude que não a permissão de invasão"; que "apesar da aparência conciliatória entre índios e regionais, há um conflito latente que, sempre que possível, se manifesta"; que ao mesmo tempo em que os Apinayé almejam a demarcação, não aceitam qualquer limite, já que consideram insuficientes em muitos pontos os limites da demarcação de 1979"; que "a reivindicação dos índios Apinayé para uma revisão dos limites não deve ser encarada pela FUNAI como um pedido de acréscimo de área. É importante notarmos que quando foram feitos os trabalhos de eleição da

área Apinayé, os próprios membros da comissão apontaram a dificuldade que seria para a FUNAI demarcar a área proposta" (Galvão, 1981:55/58).

Neste mesmo relatório, a antropóloga da FUNAI reformulou a proposta de 1979 incorporando à AI Apinayé uma faixa de terras férteis ao longo dos ribeirões Mumbuca e Gameleira, atendendo à reivindicação dos índios da aldeia São José - e, com isso, transpondo a Transamazônica, tido como "limite natural intransponível" pela proposta de 1979. Contudo, a proposta de 1981 - a "saída de Jane" como diziam os Apinayé, fazendo referência à antropóloga Jane Galvão - ficaria engavetada em Brasília até 1983. Por essa época, as pressões contrárias à demarcação se intensificam, com os políticos e autoridades de Tocantinópolis enviando uma série de abaixo-assinados aos Ministérios do Interior e MEAF - onde pedem ou a manutenção da área de 1979 ou sua redução para 25 mil ha.

Em 1981 é assinado o Convênio FUNAI/CVRD que, entre outros itens, determinaria que as áreas indígenas situadas na "influência" da Estrada de Ferro Carajás (EFC), deveriam ser demarcadas até o fim do convênio (1986). Por força deste convênio, a FUNAI enviou uma proposta de 101.000 ha ao GETAI em 1983 - para que aquele órgão (segundo as exigências do decreto 88.115) procedesse ao levantamento fundiário da área proposta.

Em julho de 1983, a CVRD encaminha à FUNAI uma nova proposta de área a partir da identificação da AI Apinayé feita pela antropóloga Maria Elisa Ladeira do Centro de

Trabalho Indigenista-CII, então prestando consultoria à CVRD. Esta proposta (de aproximadamente 148 mil ha) mantém os limites da proposta de Jane Galvão acrescentando a ela a região do Cocal (território de um dos três subgrupos Apinayé), mencionada no relatório de Galvão mas não incorporada à sua proposta.

Em setembro daquele mesmo ano as pressões sobre a FUNAI aumentam, com deputados e autoridades de Tocantinópolis solicitando "garantias do exército para a iminente agressão dos Apinayé ao pacato povo de Tocantinópolis. A FUNAI - na ocasião presidida por Otávio Ferreira Lima - continuaria a desconsiderar a proposta da CVRD, ao mesmo tempo em que o GETAT omitiu-se deliberadamente, de participar do levantamento fundiário na área proposta pela FUNAI.

Em dezembro de 1983, os Krahô, Xerente, Carajá e Apinayé ocupam durante quinze dias a AJARINA - para impedir a troca, feita - sigilo, do seu administrador. Nada conseguindo dos dirigentes da FUNAI de Brasília, os Krahô, Xerente e Apinayé desceram a AJARINA, dirigindo-se à aldeia São José, para a demarcar a AI Apinayé "por conta própria". O chefe da FUNAI, Ferreira Lima, por pressão dos índios, comprometeu-se - através de um tlex - a demarcar a Área Indígena Apinayé até o final de março de 1984. Para tanto, iniciou em janeiro desse mesmo ano o levantamento fundiário na área dos 101 mil ha - sem a presença do GETAT. Mas a FUNAI não consegue fazer aprovar a área em questão no GT do

88.118, devido à resistência do representante do MEAF que alegava o "problema social" envolvido.

Esgotado o prazo dado pela FUNAI, uma delegação Apinayé deslocou-se em abril de 1984 - ao Rio de Janeiro para solicitar da CVRD que pressionasse a FUNAI e o MEAF no sentido de viabilizar a demarcação de suas terras. Em maio os Apinayé interromperam, por três dias, o tráfego de veículos na Transamazônica - que passa a menos de quinhentos metros da aldeia São José. A nova direção da FUNAI - enviou à área mais uma comissão (uma antropóloga, Isa Rogedo e um topógrafo, José Jaime Mancin) que acabaria por reconhecer, oficialmente, a proposta da CVRD ("a saída Maria Elisa").

Em julho (ainda em 1984) a FUNAI procede ao levantamento fundiário da proposta - constatando a existência de mais 153 ocupantes. Os Apinayé - em agosto - voltaram à Brasília, obtendo do novo presidente (Nelson Marabuto) seu apoio para a ocupação e abertura de roças na região do rio Gameleira (com recursos da CVRD) e do Cocal (nesta região, feita com recursos do CTI) - áreas consideradas "em litígio".

Sentindo-se fortalecidos pela nova administração da FUNAI - tanto em Brasília como em Araguaína, que a partir de agosto passaria a ser dirigida pelo antropólogo Gilberto Azanha, do CTI - os Apinayé passaram a ter um controle maior sobre o território que reivindicavam, embargando a retirada da madeira e de "folhas" (de jaborandi) realizadas pelos invasores.

Os Apinayé, em novembro, começaria a colocar placas de interdição em pontos limites da área reivindicada, ultrapassando a Transamazônica. Um vereador de Tocantinópolis, chefiando um grupo de cidadãos da cidade, as retiram, depositando-as na Prefeitura. O chefe da AJARINA, Gilberto Azanha, em meados de novembro, marca uma reunião com o prefeito e representantes do GETAT na prefeitura. Os representantes da FUNAI presentes escaparam por pouco da agressão física. Em 25 de novembro, um grupo armado de moradores de araquatins, liderados pelo ex-prefeito, Sr. João de Deus, invadem a aldeia nova do Cocal e, por meio de ameaças, retiram os índios de lá com seus pertences em um caminhão, atirando-os nus na Transamazônica.

A Polícia Federal, solicitada a dar proteção aos funcionários da FUNAI, enviou, ao contrário, telex à Brasília pedindo a substituição do chefe de AJARINA e do chefe do PI São José, comprometidos com os índios. Pouco antes do natal de 1984, o chefe do PI São José, juntamente com o chefe da aldeia, foram agredidos em frente à Prefeitura de Tocantinópolis pelo então vereador e atual prefeito José Bonifácio Gomes. Para os Apinayé e do PI São José, este episódio representou a gota d'água no volume de tensão e humilhação a que estavam sujeitos e, em reunião com o chefe da AJARINA, afirmaria sua vontade de iniciar a demarcação por conta própria, "contratando" para tanto os serviços dos seus "parentes" Krahô e Xerente. Entre o natal e o ano novo de 1984, delegações Apinayé se deslocaram para

as aldeias Krahô e Xerente fazendo a convocação. Dois dias depois mais de sessenta homens Krahô e Xerente já se encontravam na aldeia de São José - sustentados com recursos do convênio CVRD/FUNAI alocados pela AJARINA. E iniciaram a demarcação "por conta própria".

Depois de 40 dias em que os índios abriram picadas, colocaram placas nos limites desejados, interromperam a rodovia Transamazônia e imobilizaram durante 10 dias consecutivos os maiores órgãos da imprensa e da televisão do país, o Governo finalmente cede, editando, em 14-02-85 o decreto nº 90860 que delimita a área Apinayé em 142.000 ha. Entretanto, esta área não foi aquela pleiteada pelos índios.

A demarcação - feita pelo Exército uma semana após o decreto - amputou as áreas férteis do Gameleira e Mumbuca, território sempre reivindicado pelos Apinayé da aldeia de São José. A aldeia Mariazinha - que não participou da luta pela demarcação - foi a aldeia mais beneficiada com a incorporação de uma faixa de terra acima do ribeirão Pecobo).

Mas por que quando da assinatura do decreto foi incluída como território indígena, sem que os Apinayé sequer tivessem pleiteado, a margem esquerda do ribeirão Pecobo? Sem dúvida que esta área foi ocupada pelos Apinayé, o nome mesmo deste ribeirão é o aportuguesamento do nome de um grande chefe Apinayé, Pep'cob (o Pedro Corredor) que construiu no final do século passado uma grande aldeia nesta área. Entretanto esta inclusão não visava atender os índios, mas foi uma

DOC: 2029176  
RES: 728 728  
RUBRICA MM

manobra política por parte das autoridades competentes no sentido de:

. Atender às alianças políticas entre o Sr. Governador de Goiás, Iris Rezende e seu Secretário de Segurança, José Freire, candidato virtual do então possível estado do Tocantins, com os políticos de Tocantinópolis e Nazaré, que exigiam a exclusão da faixa de Terras da região Mumbuca/Gameleira, e,

. Satisfazer a opinião pública, fazendo crer que os órgãos competentes concordavam com o total da área exigida pelos índios, já que dos 153.000 ha encaminhados pela FUNAI ao MEAF foram aprovados 148.000 ha (Cf. Ladeira, 1986: 3,4).

As lideranças da aldeia São José que haviam ido à Brasília a convite do Ministro do Interior foram destituídas assim que retornaram. E os novos líderes presionaram presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, que por escrito reconhece o prejuízo trazido à aldeia São José comprometendo-se em reaver os limites para a incorporação da faixa de terras do Gameleira/Marabuto. Este documento expressa a discordância da FUNAI, marcando que a delimitação da área do decreto havia sido determinada em instâncias superiores à do próprio Grupo Interministerial, o chamado "Grupo". A decisão foi do próprio Ministro Danilo Venturini, do então Ministério Extraordinário para os Assuntos Fundiários e do Ministro Andreazza, do Interior.

Entretanto, apesar da não incorporação da faixa de terras do Gameleira/Mumbuca na área do decreto, a insatisfação com a demarcação da área Apinayé era muito grande em Tocantinópolis. E assim, no dia 28 de junho de 1985, 4 meses após a assinatura do decreto, o índio Waldemar, de 23 anos, foi baleado e morto pelo delegado de polícia de Tocantinópolis, Sr. Sebastião Lima. Além de Waldemar, atingido com um tiro no olho, foram feridos os índios Vicente, 55 anos, e Romão, 60 anos, e espancado barbaramente o índio Sabino, no interior mesmo da delegacia. Na verdade, foi um verdadeiro massacre contra velhos munidos apenas de algumas bordunas. Além de ter matado um índio e ferido gravemente os dois outros, o delegado Lima deixou sob prisão todos os outros índios, só liberando-os, mesmo os feridos, depois de 3 dias, quando um advogado contratado pela FUNAI se dirigiu a Tocantinópolis.

Não era a primeira vez que este delegado, conhecido com a recente demarcação da área dos índios, ameaçou os Apinayé de São José. Durante os episódios que ocorreram com o decreto de demarcação daquela área, o vereador José Bonifácio Lima (atual prefeito), baleado e ferido, da Polícia Militar, que prestava apoio aos índios e funcionários da FUNAI. Nada aconteceu ao vereador, já que o delegado de Polícia de Tocantinópolis, Sr. Sebastião Lima, apaniguado do ex-Secretário de Segurança Pública de Goiás, deu-lhe toda a cobertura possível.

Até hoje, os Apinayé de São José e Cocal continuam aguardando que os responsáveis pela morte de Waldemar sejam punidos e que suas terras na região do Gameleira/Mumbuca sejam incorporadas à área do decreto.

Após a assinatura do decreto de demarcação, a FUNAI, de julho a dezembro de 1985 realiza dois levantamentos na área Apinayé para estudos da redefinição dos limites Sul/Sudoeste e Norte do Território Apinayé.

O primeiro GT foi instituído pela portaria nº 1926/E de 16 agosto de 85, com representantes do IDAGO, GETAT e Técnicos do DPI da FUNAI e da antropologia Maria Elisa Ladeira, consultora da CRVD e que ratifica a área encaminhada pela FUNAI para o Grupo Interministerial.

O 2º GT foi constituído pela portaria nº 1969/E de 5 de novembro de 1985, com representantes da IDAGO, GETAT, MIRAD e FUNAI não tendo sido convocada a antropóloga da CVRD; este 2º GT altera a delimitação anteriormente pretendida, na parte Sudeste, excluindo a área que ultrapassa a GO 291. (vide relatório Ladeira, ME - 1985 - CVRD).

A partir de 1986 a FUNAI encaminharia mais nenhum incremento no intuito de obter a reivindicação dos Apinayé de São José de terem as áreas dos Ribeirões Mumbuca Gameleira incluídas no território demarcado.

A edição do decreto nº 44945 impedindo qualquer redefinição de limites enquanto todas as áreas indígenas do país não estivessem demarcadas passa a ser a justificativa alegada pela FUNAI para a desconsideração do pleito dos

Apinayé. Assim é que em todos os encaminhamentos da FUNAI (a CVRD) Área Apinayé é apontada como área já demarcada - a ser homologada - cujo único problema era apenas o desintrusamento da Área acima do Pecobo (limite Norte).

Recentemente os Apinayé de São José estavam discutindo a possibilidade da via judicial para a Reincorporação das terras não reconhecidas.

### A SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO APINAYÉ

#### AS INVASÕES

Apesar do Decreto nº 90.960 de 14.02.1985 (que delimitou a A.I. Apinayé), não se pode dizer que estes índios tenham o usufruto exclusivo das terras demarcadas. Passados 4 anos da demarcação, existem duas situações: 1) 35 posses ativas na região norte da A.I. (entre os ribeirões Grande e São Martinho) - 35 invasores que continuam a explorar o território Apinayé sem que a FUNAI tome alguma providência; alguns destes ocupantes alegam não terem recebido indenização - ou porque não receberam a convocatória por falha dos responsáveis pelo levantamento fundiário - ou porque se recusaram a receber o montante estipulado pelo órgão tutor e aguardam - com os demais, há 4 anos - um novo levantamento; 2) na faixa "congelada", ao norte do ribeirão Pecobo, um levantamento realizado pela FUNAI em 1985 indicou 73 "posses" - e estes

NUM: 20291  
100: 373  
RUBRICA: MM

ocupantes até hoje ali se encontram, à espera de uma definição; 3) na região da aldeia São José, um ocupante ainda permanece... 4) na região da aldeia Mariazinha não nos foi possível levantar o número de "arrendatários" que voltaram para a A.I. a convite do senhor José da Doca - pelas informações dos índios daquela aldeia, o número é superior a 50 famílias.

#### A TRANSAMAZÔNICA E O LIMITE SUL/SUDOESTE

Como explicita a E.M. 004/85 (em anexo) a "exclusão da BR 230 (Rodovia Transamazônica) da referida área indígena" teve como justificativa, por parte do Ministro Venturini (do extinto MEAF e então Secretário do Conselho de Segurança Nacional), o fato de uma estrada "de integração nacional" não poder ser exposta às paralizações dos índios. A fragilidade deste argumento demonstrase nas fotos (em anexo) que existem e que restou da BR 230 no trecho em que atravessa a área indígena ou em que é seu limite. Não circulam nestes trechos quaisquer veículos, e não se vê ocasionalmente - e por meio de desvios de desvios - aqueles dos índios ou de algum ocupante branco do território Apinayé. As linhas de ônibus ou os caminhões das prefeituras de Tocantinópolis e Nazaré utilizam-se das rodovias estaduais, principalmente a GO (TO) 291 que atravessa e beneficia de fato diversos povoados entre Nazaré e Araguatins (vide mapa).

Para os Apinayé da aldeia São José, no entanto, ter a BR 230 como limite (e vizinhança), mais do que uma irracionalidade sem par de autoridades que desconhecem por completo a realidade de uma região, representa uma ameaça constante à integridade de seu território e a sua dignidade enquanto povo.

A menos de 2 km da aldeia, do outro lado da estrada, um senhor de apelido "Totonho" vem instalando uma dezena de fornos para a fabricação de carvão vegetal - utilizando-se da mão-de-obra indígena e - óbvio - da madeira farta do outro lado da estrada. Seus pees maranhenses construíram suas casas ao longo da Transamazônica e este embrião de povoado é hoje o ponto de prostituição de algumas jovens Apinayé.

\* OBS: Anunciarei as fls 711/733 (f), por ter sido anexadas por erro  
dono fora da ordem.

388 31/03/92

029.83

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a date, possibly '20/2'.